

## **Auto-Regulação das Aprendizagens na Transição da Educação Pré-escolar para o Ensino Básico – Promover a Reflexão sobre a Acção Docente em Contexto**

**Isabel Piscalho**

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Santarém  
isabel.piscalho@ese.ipsantarem.pt

**Ana Margarida Veiga Simão**

Faculdade de Psicologia – Universidade de Lisboa  
amsimao@fp.ul.pt

**Resumo** – Promover precocemente competências de auto-regulação das aprendizagens com vista ao desenvolvimento da autonomia é considerado fundamental no processo escolar e de formação ao longo da vida. O projecto de investigação delineado tem como alvo crianças na Educação Pré-escolar e no 1.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico (5-7 anos) e enquadra-se no desenvolvimento profissional de educadores e professores. Neste artigo, argumenta-se a necessidade de promover a reflexão sobre a acção docente em contexto da Educação Pré-escolar e do Ensino Básico assegurando a continuidade educativa, com vista à promoção precoce de competências de auto-regulação da aprendizagem. Apresenta-se o planeamento estratégico da construção, utilização e validação de um *instrumento formativo* a concretizar em colaboração com educadores de infância, professores do 1º ciclo do ensino básico e outros profissionais relacionados com esta temática reconhecidos pela comunidade científica. A finalidade é a de apoiar os docentes na reflexão, identificação e avaliação das suas abordagens educativas a fim de as ajustarem às necessidades das crianças e ao desenvolvimento de processos auto-regulatórios. Estes constituem-se como estratégias de suporte e proporcionam oportunidades efectivas e essenciais ao desenvolvimento da autonomia nas crianças.

**Palavras-chave** – Auto-regulação da aprendizagem, transição escolar, desenvolvimento profissional

### **Introdução**

Os processos de auto-regulação da aprendizagem situam-se no campo daqueles saberes apelidados instrumentais, que permitem e promovem o aprender a aprender. Estes processos não devem constituir um corpo de conhecimentos à margem das áreas de conteúdo curriculares, necessitam ser integrados nas actividades quotidianas, estruturando-as.

As nossas escolas carecem de alunos capazes de controlarem o seu próprio processo de aprendizagem, tornando-se auto-regulados e autónomos desde cedo. São diversos os autores que demonstram que as crianças mais novas são capazes de auto-regular a sua aprendizagem, uma vez que esta é uma fase crucial em que as competências de aprendizagem ainda não se encontram cristalizadas, sendo, por isso, mais fácil promover facilitando o seu desenvolvimento (Bronson, 2000; Dignath, Buettner & Langfel, 2008; Fernandes & Veiga Simão, 2007; Harvey & Chickie-Wolfe, 2007; Perels, Merget-Kullmann, Wende, Schmitz & Buchbinder, 2008; Rosário, Pérez & González-Pienda, 2007a; Whitebread, Anderson, Coltman, Page, Pasternak & Mehta, 2004).

Torna-se, assim, essencial a sensibilização e formação dos educadores e professores.

Sugerimos a necessidade destes promoverem precocemente e intencionalmente estas competências, não só pelos benefícios imediatos mas pelos percursos que se abrem para a autonomia e aprendizagem futura, através de processos de apoio/ regulação do ensino e da aprendizagem e de uma prática pedagógica reflexiva, analisando a necessidade de articulação entre a educação pré-escolar e o ensino básico.

Consideramos relevante criar oportunidades, actividades e ambientes de aprendizagem adequados para estimular a iniciativa e a participação das crianças no seu próprio desenvolvimento, ajudando-as a identificar e diversificar as suas estratégias e a aperfeiçoar gradualmente processos autonomizantes e auto-regulatórios.

É neste sentido que apresentamos o planeamento estratégico da construção, utilização e validação de um *instrumento formativo* que tem como objectivo fomentar essa reflexão e o questionamento sobre a acção docente em contexto (na Educação Pré-escolar e no Ensino Básico), assegurando um trabalho de qualidade e continuidade educativa. Pretende-se que este instrumento contribua não só para a valorização do papel da auto-regulação da aprendizagem nas transições escolares, como também para que os docentes se consciencializem de que uma boa articulação contribui para o desenvolvimento de todos e de cada criança, promovendo-se assim a autonomia e o envolvimento na aprendizagem ao longo da vida.

### **1. Educação Pré-escolar/1.º Ciclo do Ensino Básico: (des)continuidades no processo de promoção da auto-regulação da aprendizagem**

Ajudar a estruturar a tarefa fundamental dos docentes – que os alunos aprendam e aprendam a aprender – é uma das linhas chave da pedagogia para a autonomia e formação dos educadores e professores.

As características da sociedade actual surgem como um desafio para a educação, uma vez que, de acordo com Veiga Simão e Dias (2007: 93), exigem do indivíduo “um conhecimento múltiplo, uma aprendizagem ao longo da vida e uma autonomia na forma como se aprende”. Ou seja, assiste-se a uma crescente co-responsabilização do aluno no seu processo de aprendizagem e, por essa razão, a promoção da auto-regulação adquire progressivamente espaço próprio e determinado nos contextos educativos.

Entende-se por auto-regulação de aprendizagem um processo que é dinâmico e aberto que implica a participação activa dos intervenientes na sua aprendizagem (Zimmerman, 1989). Este processo apela para um conjunto de dimensões metacognitivas, motivacionais, volitivas e comportamentais em interacção constante com o contexto educativo que actuam directamente no acto de aprender, determinando o grau em que é exercida a aplicação dos processos de aprendizagem antes, durante e após a aquisição e consolidação dos conhecimentos e das competências escolares (Veiga Simão, Lopes da Silva & Sá, 2007).

É fundamental que no processo de ensino e aprendizagem dos alunos sejam tidos em consideração os mecanismos de auto-regulação e que a sua promoção não espere pela entrada dos cidadãos no mundo do trabalho, mas antes se inicie desde a infância, no seio familiar e escolar (Rosário, Costa, Mourão, Chaleta, Grácio, Núñez & González-Pienda, 2007b; Whitebread et al., 2009).

A maior vantagem da promoção da autonomia e do desenvolvimento das estratégias auto-regulatórias em idades tão precoces da aprendizagem escolar – em que as crianças vivenciam anos cruciais – relaciona-se com a maior facilidade na modificação da sua aprendizagem e das suas crenças de auto-eficácia, o que não acontece nos estudantes que já desenvolveram estilos e comportamentos de aprendizagem desadequados (Dignath et al., 2008). Para além disso, a intervenção deverá ser contextualizada, apresentando, assim, melhores resultados, uma vez que se torna mais fácil e exequível a aplicação no próprio ambiente de aprendizagem, oferecendo oportunidades às crianças de aplicar e praticar as novas aquisições de estratégias, autonomamente, conduzindo-as a um maior compromisso com a tarefa e, conseqüentemente, tornando-as detentoras de formas de aprendizagem mais efectivas, para uma maior auto-eficácia e sucesso escolar (Perry & VandeKamp, 2000).

De acordo com Bransford, Brown e Cocking (1999), as crianças têm um forte desejo de descobrir e de aplicar-se em situações de aprendizagem. Para tal, precisam de ter a “oportunidade de aprender” (Bronson, 2000: 116). Neste sentido, a escola deve oferecer, o mais cedo possível, as condições necessárias para que estas competências possam ser promovidas com intencionalidade.

Este aspecto direcciona-nos para a importância que os adultos, especialmente os educadores e professores, têm no desenvolvimento da aprendizagem auto-regulada. A questão da necessidade de apoiar adequadamente as crianças no desenvolvimento da auto-regulação da sua aprendizagem é colocada por Rosário et al. (2007: 14) da seguinte forma: “todos os alunos conseguem auto-regular os seus processos de aprendizagem (...) No entanto, como é visível nas salas de aula, (...) nem sempre o fazem de forma adequada ou no sentido de uma aprendizagem qualitativa e robusta”.

O objectivo primordial destes agentes educativos deveria ser ajudar as crianças, desde o contexto pré-escolar, a desenvolver as ferramentas intelectuais e as estratégias necessárias para aprenderem a controlar de forma autónoma a sua aprendizagem, a monitorizar os seus avanços, e ainda a interligar o que experienciam na escola ao que poderão vir a realizar futuramente (Coelho, 2009).

Um obstáculo à plena consecução deste objectivo é a clivagem entre as duas etapas charneiras da escolaridade, a Educação Pré-escolar e o 1.º Ciclo do Ensino Básico, que tem como consequência uma descontinuidade de trabalho que provoca nas crianças que entram para a escola um grande esforço de (re)adaptação (Rodrigues, 2005). Esforço esse que nem sempre atinge os resultados desejados, face às diferenças das práticas de cada contexto e à necessidade que a criança experimenta de (re)ajustar os seus comportamentos e atitudes a novas exigências. Esta (des)continuidade reflecte-se, conseqüentemente, no conhecimento estratégico e auto-regulação do

aprendente, uma vez que o desenvolvimento destes aspectos deve ser promovido de forma recorrente/ permanente.

Veiga Simão (2008: 125) partilha desta ideia referindo que:

“para promover nos alunos o conjunto de competências gerais e específicas, temos de privilegiar a regulação contínua das aprendizagens: regulação no sentido de adequação da acção desenvolvida por cada professor às necessidades e dificuldades que o aluno apresenta no seu processo de aprendizagem, mas também auto-regulação exercida pelo próprio estudante no seu percurso de aprendizagem com a finalidade de ir construindo um sistema pessoal para aprender e melhorar progressivamente; contínua, porque esta regulação não constitui um momento específico da acção pedagógica e tem de ser encarada como uma componente permanente.”

Como no processo de ensino e aprendizagem em geral, o sucesso na tarefa de levar os alunos assumirem de forma continuada a responsabilidade pelo seu aprender depende em grande parte da sensibilidade e da competência profissional do professor, que tem de assumir um papel activo na promoção desta dimensão do aluno.

Benson (2000) defende que, de forma a permitir aos alunos a oportunidade de desenvolverem a sua autonomia, os docentes devem, eles próprios, exercer autonomia em relação à sua prática. O desenvolvimento da autonomia do aluno depende, então, do desenvolvimento da autonomia do docente, ou seja, para que estes promovam o crescimento e a autonomia nos seus alunos é necessário que saibam o que é ser um aluno autónomo e que, ao determinar as iniciativas que levam a cabo nas salas de aula, sejam capazes de explorar as suas competências profissionais autonomamente, aplicando ao seu ensino os mesmos processos reflexivos e de autogestão que aplicam à sua aprendizagem (Little, 2000).

## **2. Um instrumento formativo promotor da reflexão sobre a acção docente em contexto**

A escola deverá propiciar à criança um conjunto de condições necessárias ao seu processo de aprendizagem, sem descurar o papel do aluno nessa mesma aprendizagem, ou seja, deverá “estimular o desenvolvimento de competências de auto-regulação nos alunos e nos professores, para que ambos possam tirar o maior proveito dos meios e instrumentos, que não só possuam intrinsecamente, como também daqueles que as tecnologias põem à disposição deles” (Lopes da Silva, 2004: 12).

Considera-se que os alunos só desenvolvem as competências de auto-regulação se tiverem possibilidade de as demonstrar de forma autónoma, pelo que necessitam de perfis de actividades e de ambientes de aprendizagem que proporcionem oportunidades efectivas e intencionalizadas para a prática de processos de auto-regulação (Rosário, Mourão, Núñez, González-Pienda & Solano, 2008).

Acreditamos que, para que estes processos possam ser activados, é necessário que os docentes saibam ajudar os seus alunos a serem cada vez mais autónomos, estratégicos e motivados na sua aprendizagem em contexto educativo - para que possam transferir os seus esforços e estratégias para outros contextos (Veiga Simão & Dias, 2007) -, valorizando as modalidades formativas que permitam promover processos de auto-regulação na aprendizagem e assegurando a continuidade educativa, especificamente, na transição da Educação Pré-escolar para o 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico.

É neste contexto que emerge o projecto que a seguir se descreve.

No âmbito deste projecto foram formuladas as seguintes questões de investigação:

- a) De que forma pode ser promovida nos educadores e professores a consciencialização da importância de criar oportunidades para desenvolver competências/ estratégias/ processos de auto-regulação da aprendizagem num nível etário precoce (5/7 anos), com vista a autonomia, garantindo a continuidade educativa?
- b) Em que aspectos a utilização de um *instrumento formativo* pelos docentes pode promover competências de auto-regulação de aprendizagem com vista ao desenvolvimento da autonomia das crianças nas (des)continuidades educativas?

Para responder a essas questões, foram definidos os seguintes objectivos:

- a) Compreender as concepções dos educadores de infância, professores do 1º ciclo do ensino básico e especialistas sobre os conceitos *autonomia* e *auto-regulação da aprendizagem* em crianças mais novas e em processo de transição escolar;
- b) Construir um *instrumento formativo* que possibilite a reflexão, análise e monitorização das próprias práticas dos educadores e professores sobre a importância de criarem oportunidades para a promoção de competências de auto-regulação de aprendizagem com vista ao desenvolvimento da autonomia, garantindo a continuidade educativa;
- c) Aplicar o *instrumento formativo*;
- d) Equacionar pistas de intervenção para os intervenientes educativos para criar oportunidades de desenvolver competências auto-regulatórias da aprendizagem, nas (des)continuidades educativas, para promover alunos mais autónomos ao longo da vida.

O nosso projecto de investigação contempla um conjunto de procedimentos e orientações com vista à construção de um instrumento (Figura 1) em que se prevê uma série de fases do processo (embora a sua ordem não apresente uma sequência rigorosamente cronológica).



Figura 1. Etapas na construção do instrumento

*Especificação do objectivo:* O *design* que se apresenta visa a construção de um *instrumento formativo* para educadores de infância e professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico que promova práticas pedagógicas conducentes à promoção de competências de auto-regulação de aprendizagem com vista ao desenvolvimento da autonomia em contexto real educativo, no processo de transição da Educação Pré-escolar para o 1.º Ciclo do Ensino Básico.

*Operacionalização do objectivo:* Todo o *instrumento formativo* visa objectivos precisos. Fixados os objectivos, importa que se formule hipóteses de trabalho claras que podem agrupar-se em torno de alguns focos nucleares:

1. *Definição do constructo:* nesta etapa, iremos definir conceptualmente os seguintes fundamentos teóricos: autonomia, auto-regulação da aprendizagem em crianças mais novas e transição da Educação Pré-escolar para o Ensino Básico. Partindo do pressuposto de que promover a autonomia e os processos de auto-regulação da aprendizagem, o mais cedo possível, é uma componente fundamental no processo escolar e de formação ao longo da vida, este trabalho permitirá definir o quadro conceptual do instrumento formativo, delimitar o seu campo de investigação e elaborar hipóteses de trabalho.
2. *Buscas prévias / Exploração:* nesta etapa prevê-se a revisão profunda da literatura nacional e internacional sobre o tema em que analisaremos alguns instrumentos já identificados no âmbito do objecto de estudo. Procuraremos, também, identificar as concepções e práticas dos educadores, professores e especialistas reconhecidos pela comunidade científica nas seguintes áreas: Educação Pré-escolar, Ensino Básico (1.º ciclo) e autonomia e auto-regulação da aprendizagem, através de entrevistas semi-directivas (das quais já realizámos 20).

3. *Determinação da população de referência:* a opção pela realização deste projecto de investigação com docentes de crianças com 5/7 anos de idade baseou-se na escassa investigação existente nesta faixa etária e, ainda, no facto destas crianças se situarem numa fase de transição da Educação Pré-escolar para o 1.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico, altura em que se torna particularmente importante a promoção das competências de autonomia em geral e auto-regulatórias da aprendizagem em particular.
4. *Elaboração do projecto do instrumento formativo:* este trabalho de construção de um “pré-instrumento” permitirá determinar quais são os indicadores a incluir no instrumento. Nesta etapa, numerosas decisões serão tomadas. Qual será o modo de administração do instrumento? Que género de itens importa utilizar? Que linguagem utilizar? Que instruções dar? Como evitar as dificuldades? Como se vão registar e analisar os dados?.
5. *Estudo piloto como procedimento para testar o esboço do instrumento formativo:* esta etapa tem por função essencial saber até que ponto a utilização deste é útil, eficaz e apreciável quando aplicado num determinado contexto educativo. Prevê-se utilizar a modalidade de oficina de formação.
6. *Elaboração da forma final:* esta fase diz respeito, essencialmente, à realização efectiva do instrumento.
7. *Redacção do relatório:* a redacção decorrerá ao longo do processo de investigação, mas na etapa final procurar-se-á avaliar criticamente os conhecimentos produzidos, como resultado da experiência e compreender a integração e articulação das diversas fases de um processo de pesquisa que permite a construção de um instrumento.

### **3. Considerações finais**

Numa situação de mudança no percurso do aluno, como a transição da educação pré-escolar para o ensino básico, esperamos que esta ferramenta de (auto)formação estimule uma atitude reflexiva, activa, conjunta e construtiva dos profissionais de educação, que possibilite estruturar ambientes de aprendizagem que permitam às crianças construir conhecimentos e mobilizar recursos para aprenderem a autonomizar e auto-regular as suas aprendizagens a fim de as transferirem e aplicarem na sua futura actividade.

Acreditamos que a reflexão consciente, por parte dos docentes, sobre o saber experienciado acerca das componentes auto-regulatórias, em interacção com o contexto, contribua para: aperfeiçoar as práticas pedagógicas; adquirir (novas/diferentes) posturas de trabalho que intensifiquem o diálogo entre os educadores e professores; encorajar a construção de entendimentos

comuns, no sentido de facilitar a continuidade educativa com impacto no aproveitamento escolar dos alunos.

Este instrumento perspectiva-se, assim, como um meio de melhorar as estratégias de ensino e de aprendizagem, como um facilitador das competências de aprender a aprender nas crianças, que vincule educadores e professores a tomarem consciência dos processos que utilizam quando ensinam e a compreender os seus efeitos, ajudando-os na criação de oportunidades de auto-regulação da aprendizagem nos alunos e de situações autónomas de aprendizagem em fase de transição escolar, com impactos psicoeducacionais eficazes.

O desenvolvimento da auto-regulação da aprendizagem em sala de aula não se afigura como uma tarefa fácil, já que sem um treino específico e intencional as crianças em idades precoces dificilmente progredirão, pois apenas aprendem quando adoptam e recriam significados. Desta forma, a promoção de ambientes de aprendizagem que ofereçam às crianças oportunidades efectivas de escolha e controlo sobre as actividades que desenvolvem será uma exigência da qualidade das aprendizagens desde a educação pré-escolar (Rosário, 2004; Rosário, et al., 2007a). O constructo da auto-regulação da aprendizagem ergue-se como um repto às instituições escolares, questionando a formação dos educadores e professores para trabalharem mais centrados na qualidade do processo, as concepções de currículo e as escolhas e distribuição de tarefas de avaliação, entre outros aspectos macro e micro do processo de aprendizagem.

Para conseguirmos formar crianças estratégicas, precisamos de educadores e professores estratégicos, capazes de (re)conceptualizar a sua função de adjuvantes no processo de aprendizagem, e conhecedores dos complexos processos cognitivos, metacognitivos e motivacionais que o acto de aprender acciona. Neste sentido, os educadores e professores devem proporcionar às crianças, desde os primeiros passos no sistema escolar, ambientes educativos que ofereçam oportunidades de instrução e treino em ferramentas que os ajudem a governar o seu agir, também nas tarefas escolares.

### **Referências bibliográficas**

- Benson, P. (2000). *Autonomy as a learners' and teachers' right*. In B. Sinclair, I. McGrath & T. Lamb (Eds.), *Learner autonomy, teacher autonomy: Future directions*. London: Longman (in association with The British Council).
- Bransford, J., Brown, A., & Cocking, R. (1999). *How people learn: Brain, mind, experience, and school*. Committee on Developments in the Science of Learning Commission on Behavioral and Social Sciences and Education National Research Council. Washington, D.C.: National Academy Press.
- Bronson, M. (2000). *Self-regulation in early childhood: Nature and nurture*. New York: Guilford Press.
- Coelho, A. (2009). *Auto-regulação da aprendizagem: um programa de intervenção no pré-escolar*. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica

- Portuguesa (Porto) para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Especialização em Psicologia da Educação e Orientação.
- Dignath, C., Buettner, G. & Langfeldt, H. (2008). How can primary school students learn self-regulated learning strategies most effectively? A meta-analysis on self-regulation training programmes. *Educational Research Review*, 1-29.
- Fernandes, M. & Veiga Simão, A. M. (2007). O Portfolio na educação de infância: Estratégia de reflexão dos educadores e das crianças. In A. M. Veiga Simão, A. Lopes da Silva & I. Sá, (orgs.), *Auto-regulação da aprendizagem. Das concepções às práticas*. Lisboa: EDUCA, 195-224.
- Harvey, V. & Chickie-Wolfe, L. (2007). Working with students to promote independent learning. *Fostering independent learning: Practical strategies to promote student success*. The Guilford Practical Intervention in the Schools Series.
- Little, D. (2000). We're all in it together: Exploring the interdependence of teacher and learner autonomy. In L. Karlsson, F. Kjisik & J. Nordlung (eds.), *All together now*. Helsinki: University of Helsinki Language Centre.
- Lopes da Silva, A. (2004). A auto-regulação na aprendizagem. A demarcação de um campo de estudo e de intervenção. In A. Lopes da Silva, A. Duarte, I. Sá & A. M. (org.), *A aprendizagem autoregulada pelo estudante: Perspectivas psicológicas e educacionais*. Porto: Porto Editora, 18-39.
- Perels, F., Merget-Kullmann, M., Wende, M., Schmitz, B., & Buchbinder, C. (2008). Improving self-regulated learning of pre-school children: Evaluation of training for Kindergarten teachers. *The British Journal of Education Psychology*.
- Perry, N. & VandeKamp, K. (2000). Creating classroom contexts that support young children's development of self-regulated learning. *International Journal of Educational Research*, 821-843.
- Rodrigues, M. (2005). Do jardim de infância à escola: Estudo longitudinal duma coorte de alunos. *Interacções*, 1, 7-24.
- Rosário, P. (2004). *(Des)venturas do Testas: Estudar o estudar*. Porto: Porto Editora.
- Rosário, P., Pérez, J. & González-Pienda, J. (2007). *Auto-regulação em crianças sub-10. Projecto Sarilhos do Amarelo*. Porto: Porto Editora.
- Rosário, P., Costa, J., Mourão, R., Chaleta, E., Grácio, M., Núñez, J. & González- Pienda, J. (2007). De pequenino é que se auto-regula o destino. *Educação. Temas e Problemas*, 4, 281-293.
- Rosário, P., Mourão, R., Núñez, J., González-Pienda, J., & Solano, P. (2008). Storytelling as a promoter of Self-Regulated Learning (SRL) throughout schooling. In A. Valle, J. Núñez, R. Cabanach, J. González-Pienda & S. Rodríguez (eds.), *Handbook of instructional resources and their applications in the classroom*. NY: Nova Science, 107-122.
- Veiga Simão, A. M. (2008). Reforçar o valor regulador, formativo e formador da avaliação das aprendizagens. In M. P. Alves & E. A. Machado (org.), *Avaliação com sentido(s): Contributos e questionamentos*. Santo Tirso: De Facto Editores, 125-151.

- Veiga Simão, A. M. & Dias, D. (2007). O conhecimento estratégico e a auto-regulação do aprendiz. In A. M. Veiga Simão, A. Lopes da Silva & I. Sá (orgs.), *Auto-regulação da aprendizagem. Das concepções às práticas*. Lisboa: EDUCA, 93-129.
- Veiga Simão, A. M., Lopes da Silva, A., & Sá, I. (orgs.) (2007). *Auto-regulação da aprendizagem. Das concepções às práticas*. Lisboa: EDUCA.
- Whitebread, D., Anderson, H., Coltman, P., Page, C., Pasternak, D. P., & Mehta, S. (2004). Developing independent learning in the early years. *Education*, 33 (1), 40-50.
- Whitebread, D., Coltman, P., Pasternak, D., Sangster, C., Grau, V., Bingham, S., Almeqdad, Q. & Demetriou, D. (2009). The development of two observational tools for assessing metacognition and self-regulated learning in young children. *Metacognition Learning*, 4, 63-85.
- Zimmerman, B. (1989). A social cognitive view of self-regulated academic learning. *Journal of Educational Psychology*, 81 (3), 329-339.